



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



238ª Sessão

Recurso nº 7096

Processo Susep nº 15414.004019/2011-00

**RECORRENTE:** MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS

**RECORRIDA:** SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

**EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO.** Representação. Erro contábil. Contabilizar nas datas base de maio a dezembro de 2010, em conta errada, as estimativas de prêmios cedidos em retrocessões. Recurso conhecido e provido parcialmente.

**PENALIDADE ORIGINAL:** Multa no valor de R\$ 19.500,00.

**BASE NORMATIVA:** Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c Resolução CNSP nº 86/2002 e suas alterações.

**ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 6128/17.** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, dar provimento parcial ao recurso da MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros, para excluir a majoração da multa, aplicando-se a pena base prevista no art. 17, inciso III, alínea “g” da Resolução CNSP nº 60/2001.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Marco Aurélio Moreira Alves e André Leal Faoro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Washington Luis Bezerra da Silva e Dorival Alves de Sousa. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, a Secretária Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 16 de fevereiro de 2017.

  
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA

Presidente

  
ANDRÉ LEAL FAORO

Relator

181  
H

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.

Processo SUSEP nº 15414.004019/2011-00

Recurso ao CRSNSP nº 7096

Recorrente: Mapfre Re do Brasil Cia de Resseguros

Conselheiro Relator: André Leal Faoro

**RELATÓRIO**

Processo iniciado por representação que apontou como infração a contabilização em conta equivocada das estimativas de prêmios cedidos em retrocessão, nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010. Posteriormente, a representação foi retificada para que fossem consideradas oito infrações.

Em sua defesa, a empresa reconheceu que houve falha na contabilização, mas que isso não teria acarretado nenhum prejuízo, nem afetado os cálculos de margem de solvência, risco de crédito, provisões técnicas e capital. Ao mesmo tempo, pleiteou que não fosse aplicada penalidade ou que, se aplicada, fosse convolada em simples recomendação ou advertência.

Com base nos pareceres das áreas técnica e jurídica, o Coordenador da Coordenação-Geral de Julgamentos julgou subsistente a representação, reconhecendo tratar-se de infração continuada, condenando a empresa na penalidade prevista na alínea "g" do inciso III do art. 17 da Resolução CNSP nº 60/2001, majorada da metade do valor, nos termos do parágrafo único do art. 13 da Resolução CNSP nº 243/11.

O recurso interposto dessa decisão repetiu os argumentos anteriores.

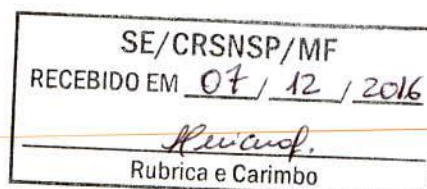
A Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em parecer de fls. 175/177, manifestou-se pelo conhecimento, mas pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2016



André Leal Faoro  
Conselheiro Relator





CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.



Processo SUSEP nº 15414.004019/2011-00

Recurso ao CRSNSP nº 7096

Recorrente: Mapfre Re do Brasil Cia de Resseguros

Conselheiro Relator: André Leal Faoro

V O T O

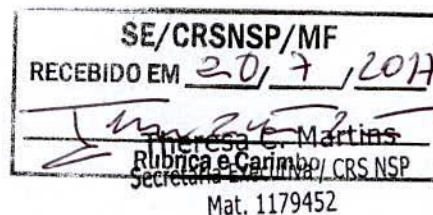
A empresa contabilizou em conta imprópria a estimativa de prêmios cedidos em retrocessões para ressegurador admitido e, em sua manifestação, reconheceu o erro.

Deve, portanto, ser mantida a decisão recorrida, não havendo motivo para que seja a pena pecuniária convolada em simples advertência.

No entanto, assiste razão à recorrente quanto a não incidência da circunstância agravante prevista na Resolução CNSP nº 243/2011, por ser este normativo posterior ao fato, cabendo a aplicação da pena base da Resolução CNSP nº 60/2001 no valor de R\$ 13.000,00.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

  
André Leal Faoro  
Conselheiro Relator



Mat. 1179452